



Marc Berdet*

Walter Benjamin e a Memória da Comuna¹

Tradução: Luciano Gatti

Resumo: O breve texto de Walter Benjamin sobre 1871, incluído nas notas de seu livro inacabado sobre a Paris do século XIX (1927-1940), permanece ainda hoje enigmático. O que significou a insurreição da Comuna de Paris para o emigrado alemão nos anos 1930? Que esperanças representou, para aquele que escrevia durante a Frente Popular (1936-1938), o movimento social francês e suas revoluções abortadas de 1789? Como age a memória coletiva e as paixões sociais num momento tal como o das greves de 1936? O presente artigo é uma tentativa de responder a essas perguntas.

Palavras-chave: A Comuna de Paris, 1789, 1793, Frente Popular, movimento social, memória coletiva.

Abstract: Walter Benjamin's short text on 1871, enclosed into the notes of his unfinished book about Paris in the 19th Century (1927-1940), remains still enigmatic even today. What did mean the insurrection of Paris Commune for the German migrant in the 1930's? What sort of hopes did represent, for someone who wrote during the Popular Front (1936-1938), the French social movement and its aborted revolutions since 1789? How do act collective memory and social passions in a moment such as the strikes of 1936? The following article is an attempt to answer to such questions.

Keywords: the Paris Commune, 1789, 1793, Popular Front, social movement, collective memory.

* Marc Berdet é doutor pela Université Paris 1 Panthéon Sorbonne e publicou: *Fantasmagories du capital. L'invention de la ville-marchandise* (2013); e *Walter Benjamin. La passion dialectique* (2014); *Le chiffonnier de Paris. Walter Benjamin et les fantasmagories* (2015). Atualmente desenvolve uma pesquisa de pós-doutorado sobre locais da memória, arquitetura e cinema latino-americano no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, com bolsa da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 2015/04514-4). E-mail para contato: marcberdet@gmx.com.

1 O presente artigo foi originalmente escrito e publicado em francês: "Walter Benjamin et la commune", préface à Walter Benjamin, *La commune. La liasse "k" du Livre des passages*, Rennes, Pontcerq, 2016, p. 7-61.

À memória de Philippe Ivernel (1933-2016)

O texto de Walter Benjamin sobre a Comuna de Paris² é repleto de armadilhas, de ciladas e de fundos falsos. Ele, aliás, nem chega a ser um texto. Palavras como essas poderiam sugerir – ainda mais se conhecemos um pouco os hábitos do filósofo alemão – que se trataria, tanto nesse como em outros textos, de uma tática de escrita *propositiva*: uma escrita “paratática”, empregada por muitos judeus alemães do entre-guerras por afinidade secreta com a narrativa utópica da época clássica. Um modelo de escrita “entrelinhas”, compartilhado pelos oprimidos que não podem se exprimir diretamente na língua dos vencedores, ou então – o que dá no mesmo para o nosso autor – que não querem se submeter aos cânones dominantes da comunicação. Seria esse então o caso de uma estratégia “oblíqua” de um perseguido tentando fazer com que suas mensagens cheguem aos amigos dotados de um ouvido mais fino que o comum, sem chamar muito a atenção nem para si nem para eles?

Poderia ser esse o caso. O filósofo alemão é de fato conhecido pela sublime sobriedade de seu estilo, que por vezes passa rente ao esoterismo, a ponto de um amigo (Brecht) lhe reprovar as “metáforas judaizantes” que prejudicam seus melhores escritos (as *Teses*). Mas o texto de que nos ocupamos aqui é de um outro tipo. É fragmentário, mas não no sentido dos primeiros românticos alemães do período revolucionário, cujos aforismos eram semelhantes a “ouriços” ou a cavalos de Troia, fechados sobre si mesmos para melhor encerrar os mundos prestes a eclodir diante de quem abrir seus livros. Também não é fragmentário no sentido de “teses”, na linha de frente político-filosófica das *Teses sobre Feuerbach* de Marx, que são para o século XIX (em 1845) o que as teses “Sobre o conceito de história” serão para o século XX (em 1940): uma recapitulação impressionante da situação histórica momentos antes do início da batalha.³ Quem não está familiarizado com as *Passagens* (1927-1929 e 1934-1940) – “livro” que é um livro na mesma medida em que o texto que Benjamin nos propõe é um texto – ficará surpreso ao descobrir aqui, aleatoriamente, citações

2 BENJAMIN, Walter. “K. Die Kommune » [“A Comuna], in: *Gesammelte Schriften [Escritos reunidos]*, vol. V. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972-1999, p. 949-956. Para citar as *Passagens* [*Passagen-Werk*], utilizaremos a abreviação *PW* seguida do número de páginas da edição alemã (GS V).

3 Essa interpretação combativa não é a que hoje prevalece e que se detém melancolicamente diante do anjo da história, no meio do texto (tese 9), sem avançar nas teses seguintes, que propõem uma relação mais produtiva e combativa entre presente e passado.

quase sempre sem comentário algum, às vezes acompanhada de uma observação tão enigmática quanto uma rubrica.

“A comuna” não é o capítulo de um livro, nem mesmo o rascunho de tal capítulo, mas um “arquivo de notas” (*Konvolut*), ou seja, um conjunto de fichas de trabalho que não era destinado a ninguém além do pesquisador aplicado de uma obra jamais acabada. Como num inventário à *la* Borges, não encontramos ali a análise clássica de Marx, mas: uma carta a Engels de 1854, dezessete anos antes da Comuna; uma homenagem ambígua a 1871, prestada por um socialdemocrata alemão em 1896; uma citação tirada de um manual de história de ensino secundário de 1919; uma nota da imprensa saint-simoniana de 1830; dois trechos de uma monografia sobre Engels de 1933; uma crítica de teatro de 1871; uma frase de um ensaio reacionário de 1872; três trechos de revistas engajadas no combate cultural antifascista da época (1935-1936); um testemunho de Nadar (1900) e um comentário furioso de Ibsen (1905); três misteriosas citações de um magistrado escrevendo sobre a história da Comuna em 1928; quatro anedotas sem fonte; uma descrição de uma caricatura do Gabinete de Gravuras da Biblioteca Nacional da França; e cinco ou seis observações ao longo de uma exposição organizada pela prefeitura de Saint-Denis em 1935. O que Benjamin pretendia fazer com notas tão disparatadas, de fontes tão diversas, numa paisagem política tão contrastante? Há em algum lugar uma indicação qualquer?⁴

De 1871 a... 1793

De fato, há uma frase do próprio punho de Benjamin, em k1, 3, talvez a única de todo o arquivo que seja mesmo um enunciado seu, independente de qualquer citação: pelo menos ali poderíamos ser tentados a ler seu ponto de vista. Mas também seria possível que mesmo essa formulação se limite a recolher uma impressão de leitura ou até a parafrasear uma fonte. “A Comuna se sentia completamente herdeira de 1793” (k1,3). Não somente não é possível realmente saber se essa formulação é de Benjamin ou de outrem, mas, além disso, seu sentido permanece ambivalente. O que indica a data de 1793? A Constituição do ano I, promulgada em 24 de junho? Seu

4 Eu agradeço a Michèle Riot-Sarcey e a Irving Wohlfarth por terem aceitado reler o presente texto. Quero indicar, além disso, que o texto também é, apesar de diferenças de interpretação, uma discussão amigável e um prolongamento de um outro texto de Michel Löwy, que o precede: “La ville, lieu stratégique de l’affrontement des classes. Insurrections, barricades et haussmannisation de Paris dans le *Passagenwerk* de Walter Benjamin”, in: SIMAY, Philippe (org.). *Capitales de la modernité : Walter Benjamin et la ville*. Paris: L’Éclat, 2006, p. 19-36.

preâmbulo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cuja primeira versão, que ficou na memória, foi redigida por Robespierre em abril de 1793? Ou o Terror, que vai do verão de 1793 ao verão de 1794? Que quer dizer aqui “se sentir”, *sich fühlen*? Significa contra sua vontade (“possuída” por 1793)? Ou de sua livre vontade? (“beneficiária” de 1793)? Ambas?

Caso fosse possível decidir, a interpretação de citações seria facilitada. Podemos recorrer ao único texto praticamente acabado de que dispomos, além das notas do arquivo, sobre a Comuna. Trata-se de um trecho integrado à seção “Hausmann ou as barricadas” de *Paris, capital do século XIX*, o *exposé* que Benjamin escreveu em 1935 para convencer o Instituto de Pesquisa Social a financiar de projeto de pesquisa, trecho esse que ele retoma sem modificações (prova de que ele mantém sua interpretação) no mesmo *exposé* reescrito em francês em 1939. Citemos pois a versão francesa, a última palavra de Benjamin sobre o assunto, com o encanto de uma sintaxe em que se sente o tremor do exílio:

A barricada foi ressuscitada pela Comuna. Mais forte e melhor concebida que nunca. Ela bloqueia os grandes bulevares, ergue-se muitas vezes à altura do primeiro andar e esconde as trincheiras que ela protege. Assim como o *Manifesto Comunista* coloca um termo à fantasmagoria que fecha a era dos conspiradores profissionais, assim a Comuna coloca um termo à fantasmagoria que domina as primeiras aspirações do proletariado. Graças a ela, dissipa-se a ilusão de que a tarefa da revolução proletária seria a de consumir a obra de 89 em estreita colaboração com a burguesia.⁵

Esse texto, que vincula o imaginário da barricada à liquidação de ideologias (retornaremos a isso adiante), revela uma grande simpatia pela Comuna, que Benjamin situa na linhagem do *Manifesto comunista* de Marx e Engels (1848). 1871 não poderia pois estar associado ao Terror de 1793-1794, mas antes à nova constituição de 1792-1793, e talvez até, mais precisamente, ao discurso federalista de 11 de maio de 1793, de Robespierre, o qual vai na direção contrária à da imagem do revolucionário que nos é imposta até hoje:

Fujam da antiga mania dos governantes de querer governar demais. Deixem

5 PW, p. 74. (N.T: a sintaxe um tanto estranha da frase [Assim como o *Manifesto...*, assim a Comuna] busca reproduzir a peculiaridade do francês de Benjamin, que apesar de correto e muitas vezes literário também apresenta alguns erros ou peculiaridades de um iniciante. O tradutor agradece ao autor do texto pela observação).

aos comuns, às famílias, aos indivíduos... o cuidado de dirigir eles mesmos seus próprios assuntos em tudo aquilo que não diz respeito essencialmente à administração geral da República. Em suma, restituam à liberdade individual tudo o que não pertence naturalmente à autoridade pública e terão deixado tantos menos lugares à ambição e à arbitrariedade.⁶

Esse discurso, conservado por muito tempo na memória popular e reimpresso ao longo de todo o século XIX, rompe com a representação usualmente aceita dos jacobinos como centralizadores ferozes (incluídos aí os da Comuna). Não é certeza que Benjamin pense nesse documento em particular. Mas talvez ele tenha passado os olhos por algum outro arquivo que expressa essa preocupação descentralizadora dos revolucionários do ano I, retomada por aqueles que ajustam o calendário revolucionário ao sabor da hora, inaugurando sua Comuna no 7 germinal, como se fosse uma noite de promessas e um caminho que se percorre a pé através dela.*

Breve mergulho nos “arquivos da revolução burguesa”

Numa coletânea de cartas de 1783 a 1883 que Benjamin publicou sob pseudônimo em 1936, ele saúda os alemães de 1793, cujo “olhar incorruptível e a consciência revolucionária”⁷ não tiveram o pretexto nem da juventude nem do gênio para perseverar numa atitude “irrepreensível”⁸ a favor das liberdades públicas. O filósofo alemão tira assim Georg Forster e Johann Gottfried Seume, “prosaicos”⁹ mas fiéis a seus ideais mesmo em tempos de crise, do esquecimento à qual a posteridade os havia condenado. Ele introduz uma carta de abril de 1793 de Forster, protagonista da efêmera República de Mayence, ressaltando sua profunda compreensão da “liberdade revolucionária”.¹⁰ A correspondência em questão traduz bem as paixões muitas vezes confusas da época, mas também a firmeza de princípios desse

6 Maximilien de ROBESPIERRE. *Archives parlementaires* tome 64 : Séance du vendredi 10 mai 1793, p. 431. In : Archives numériques de la Révolution française, Stanford University / BNF : https://frda.stanford.edu/fr/catalog/wx067jz0783_00_0437. Acessado em 25 de setembro de 2016.

* O autor refere-se aqui à “nuit debout” (noite em pé), movimento social francês contra as reformas trabalhistas, iniciado em 31 de março de 2016 e concentrado na Place de la République, em Paris. O nome deriva da série de assembleias noturnas realizadas na praça após as manifestações de 31 de março, continuando o calendário de março (32, 33 de março e assim por diante).

7 BENJAMIN, Walter. *Deutsche Menschen [Alemães]*, in: *Werke und Nachlass. Kritische Gesamtausgabe [Obras e inéditos. Edição crítica integral]*, vol. 10. Berlin: Suhrkamp, 2008, p. 145, n. t.

8 Ibid. Também p. 137.

9 Ibid.

10 Ibid., p. 21.

jacobino¹¹ que, contrariamente a Schiller, apesar do Terror jamais se desviou do ideal revolucionário. A carta de Seume, por sua vez, mereceria, segundo Benjamin, “um lugar de destaque nos arquivos da revolução burguesa”.¹²

Datada de novembro de 1805, ela coloca no seu devido lugar o conselheiro Karl Böttinger, que solicitava poemas patrióticos ao escritor: “onde se considera e se trata o camponês como um semi-escravo e o pequeno-burguês como um animal de carga, eu não tenho nada a dizer e menos ainda cantar”.¹³ As instituições alemãs – Seume mal contém sua raiva – ainda são bárbaras demais para acolher o que seria mais que um pingo de justiça e de liberdade, para não falar da “regra de três” (liberdade, igualdade, fraternidade) que se soube defender do outro lado do Reno:

Os franceses nos superam também pelo bem que a Revolução promoveu. Seu espírito triunfa sobre o nosso porque, mesmo vivendo sob o jugo da vontade todo-poderosa de um usurpador [Napoleão], há contudo entre eles mais justiça e razão no Estado e, conseqüentemente, mais espírito em ação.¹⁴

A grande Revolução era uma referência positiva em 1936, data em que Benjamin reuniu essas cartas de alemães esclarecidos.¹⁵ Acrescentemos aqui que seu projeto era justamente mostrar, no momento em que essa desaparecia na neblina, uma Alemanha “secreta”, ou seja, cuja burguesia revolucionária, comprometida com a justiça social, tinha sido banida pelas autoridades da paisagem intelectual germânica – do modo como Forster o tinha sido do território prussiano. Para Benjamin, esse projeto era inteiramente contemporâneo de suas anotações sobre a Comuna, as quais, por vezes extraídas de artigos publicados pelas revistas antifascistas da época (*Vendredi* de maio de 1936, *Commune* de 20 de abril de 1935), tentavam elas também distinguir “os melhores elementos da burguesia”¹⁶, que a Comuna conseguiu ganhar para a sua

11 *ibid.*, p. 22-23.

12 *Ibid.*, p. 169.

13 *Ibid.*, p. 171.

14 *Ibid.*, p. 170.

15 Ele continua e assinala num outro texto de 1939: “Sob Luís XVIII, esforçava-se por denegrir aos olhos da posteridade os acontecimentos de 1789 a 1815, a fim de fazê-los aparecer como uma série de malefícios e humilhações. Não se pode de forma alguma supor que a burguesia alemã subitamente esqueceu que ela tinha sido representada na Paris da Grande Revolução e fornecido testemunhas confiáveis à luta pela libertação da classe burguesa. (...) É somente a fundação do império que privará a burguesia alemã da imagem que ela tradicionalmente tinha de Paris; a Prússia feudal transformará a cidade da Grande Revolução e da Comuna em uma Babilônia sobre cuja nuca ela pisará”. BENJAMIN, Walter. “Les régressions de la poésie de Carl Gustav Jochmann”, in *Œuvres III*. Paris: Gallimard, 2003, p. 393.

16 PW, p. 75/p. 58.

causa (Rimbaud, Courbet...) e seus “elementos mais vis”, aos quais ela teve de sucumbir.¹⁷ Num caso como noutro, não se trataria de salvar a burguesia esclarecida de sua cumplicidade com as forças repressivas para, assim, salvar a revolução?

A vegetação parasita da burguesia

Uma ambiguidade, contudo, permanece no trecho do *exposé* de 1939 citado acima e que é reforçada por sua sequência: como a Comuna, que fracassou e da qual por muito tempo se apontou os erros (Benjamin não escapa a esse exercício) pôde “dissipar” a ilusão de uma aliança ainda possível entre a burguesia e o proletariado? Ela o fez *contra a vontade* porque pressionou o governo “republicano” refugiado em Versailles a mostrar sua verdadeira face ao vir massacrar sem piedade os trabalhadores até nos fundos dos quarteirões da Paris popular? Nesse caso, não teria ela sucumbido às suas ilusões, como a de ser herdeira da grande Revolução? Deveria ter ela, como Marx pensava, se desvencilhado desse anacronismo para se abrir a seu próprio futuro?

Isso pareceria estranhamente contraditório com o anacronismo metodológico-político reivindicado por Walter Benjamin, que considerava certos eventos históricos como “bolas de fogo” ou “feras” que “saltam” entre o passado e o presente para melhor suprimir a labuta miserável dos anos, ou seja, a continuidade “homogênea e vazia” do tempo dos vencedores (e notadamente dos relógios do tempo capitalista). Se Marx via na referência a Roma em 1789 uma antiguidade indesejável na estrada da revolução, Benjamin, ao contrário, percebia um acordo secreto com os vencidos do passado que, por cima das épocas, transmitiam uma força inebriadora aos revolucionários de *agora*. Por que seria diferente com a Comuna?

É verdade que, numa primeira leitura, esse arquivo de notas provoca ceticismo ou mesmo desapontamento. É necessário assumirmos o risco da interpretação – como tentaremos fazer aqui – para explicitar as questões mais amplas. Aparentemente, Benjamin retoma todas as críticas marxistas à Comuna. E isso, contudo, sem citar *A guerra civil na França* (1871), célebre relatório escrito por Marx para o Conselho Geral da I Internacional que, sem deixar de apontar os erros estratégicos dos insurgentes, não saudava menos sua coragem, sua determinação e

17 Sobre o imaginário rimbaldiano e a Comuna de Paris, cf. MURPHY, Steve. *Rimbaud et la Commune. Microlectures et perspectives*. Paris: Garnier, 2010. Agradeço a Michèle Riot-Sarcey por ter insistido nessa referência fundamental. Ver também ROSS, Kristin. *Rimbaud, la Commune de Paris et l'invention de l'histoire spatiale*. Paris: Les Prairies ordinaires, 2013.

suas medidas sociais.¹⁸ A primeira citação, por exemplo, lamenta que os proletários não tenham tido plena consciência de suas condições para conseguir realizar seu propósito, sempre parasitado pelas plantas exuberantes da burguesia (k1, 1). Acreditamos adivinhar através dessa vegetação volumosa o “sonho ingênuo devido a seus traços de Exposição Universal” do partidário da Comuna Gustave Courbet citado adiante (k2a, 6): as classes dominantes tirarão proveito dos sonhos de igualdade ao tentar subjugar e dividir os trabalhadores graças à magia de suas fantasmagorias industriais, versão teatral do engodo de uma associação harmoniosa entre capital e trabalho.¹⁹ Ou ainda a ilusão de continuar o combate de mãos dadas com a burguesia (k2a, 1), com as mesmas palavras de ordem de 1789, ilusão que provoca a ira de Ibsen, o qual Benjamin vê como mais esclarecido que os dirigentes da Comuna (k3a, 3). Em uma citação fornecida por seu biógrafo, Gustav Mayer, e parafraseada nos *exposés* de 1935 e 1939²⁰, Engels se consterna pelo fato de que nenhuma teoria da revolução mostrou a eles o caminho, e acrescenta que a tentativa de Marx de tornar conscientes seus objetivos inconscientes se justificava nisso (k3a, 1). Nenhuma teoria até os conselhos de estratégia militar de Marx, e ninguém se conforma que não puderam chegar, por meio de Engels, aos chefes da Comuna (k 3, 2). Essa impressão de amadorismo durante o combate é reforçada pela menção à proclamação desesperada do velho jacobino Delescluze (“Praça do povo, aos combatentes de braços nus!” [k3, 1]), do sentimentalismo pelo bom e velho quarteirão onde se morreria (k4, 5) e de um lamento a respeito da não-utilização da rede subterrânea (k1a, 1). Por fim, a Comuna não foi poupada pelo erro de que a acusaram logo em seguida: não ter tocado nos 2 milhões do Banco da Franca, os “verdadeiros reféns”, segundo Marx (k4, 1).

1831-1871: o passado de uma ilusão?

De tudo isso sobressai a impressão de que a insurreição de 1871 não foi “preparada cientificamente” o suficiente, enquanto a burguesia, ela mesma, estava bela e bem (k3, 1). Que os partidários da Comuna se embalavam na ilusão do apoio da burguesia republicana enquanto essa “nunca compartilhou desse erro”.²¹ Que os

18 Retomado em Karl MARX e Friedrich ENGELS. *Inventer l'inconnu. Textes et correspondance autour de la Commune*. Paris: La Fabrique, 2008, p. 126-189.

19 A propósito de Walter Benjamin e das fantasmagorias, eu me permito remeter ao meu livro: *Le chiffonnier de Paris. Walter Benjamin et les fantasmagories*, Paris, Vrin, 2015.

20 PW, p. 58 (*exposé* de 1935) e PW, p. 75 (*exposé* de 1939).

21 PW, p. 74.

insurgentes tomavam o entusiasmo e a paixão revolucionária como suscetíveis de fazer triunfar seus “direitos sociais”, sempre, contudo, bloqueados pelos filantropos (e isso apesar da aparente generosidade desses, frequentemente um paternalismo bastante cômodo).²² Nos seus *exposés* de 1935 e 1939, Walter Benjamin chega até a datar a sequência dessas ilusões: de 1831 a 1871, ou seja, desde a revolta dos canuts de Lyon – cujo levante de agosto de 1834 foi reprimido sangrentamente por Thiers (repetição, quatro meses depois, da carnificina entre as famílias trabalhadoras da rua Transnonain em Paris, em 15 de abril)²³ – até a Comuna de Paris, que ocorre ao longo de uma “semana sangrenta”, conduzida pelo mesmo Thiers com uma estratégia militar semelhante. Em outras palavras: do dia seguinte à revolução triunfante de julho de 1830, que instalou definitivamente a burguesia no poder (graças à multidão que a carregou), à véspera da terceira República, por meio da qual ela consolida sua supremacia (com um massacre da mesma multidão). Durante esse tempo, a burguesia jamais cessou, segundo uma confissão que Benjamin extrai de seus próprios jornais dos anos 1830, de se comportar “na manufatura como os proprietários de plantações com seus escravos”.²⁴ Ela se arroga direitos que ela nega aos operários, excluindo do voto três milhões de trabalhadores nômades que não podem se dar ao luxo de residir três anos no mesmo lugar, banindo a liberdade de imprensa, suprimindo os direitos municipais, proibindo toda associação de mais de vinte pessoas, interditando sociedades e cooperativas – impedindo todo tipo de solidariedade.²⁵ Coisas de que os partidários da Comuna infelizmente se “esqueceram” no momento de passar à ação e se deixar levar pelo seu entusiasmo.

Sendo assim, não se deve ignorar a inversão realizada por Benjamin – que escreve como “historiador materialista” sobre a Terceira República francesa. Para o discurso que então conseguiu se impor, foi a Comuna (e não a burguesia republicana) que levou longe demais a ilusão: ilusão de uma classe operária capaz de se auto-organizar numa espécie de “República de oficinas” sonhada ao longo de todo o século; e ilusão de uma conquista política digna de 1792-1793 para protegê-la. O imaginário republicano, assustado com a “questão social”, projeta o fantasma do Terror (1793-1794) sobre a organização da Comuna de 1871, deformando a articulação de datas levada a cabo pelo proletários na apropriação de experiências do passado: toda vontade popular de tomar o controle sem passar pelas autoridades se condenaria

22 Ibid.

23 PW, p. 873 (a10a,5).

24 PW V, p. 75.

25 Toda essa história está bem documentada no arquivo “a. Movimento social” (PW, p. 852-898) e “V. Conspirações, compagnonnages” (PW, p. 745-763).

assim ao risco de não passar de uma “orgia de poder, vinho, mulheres e sangue” (k4, 8), ou ao menos resultar em medidas irresponsáveis.²⁶ Mas é precisamente essa construção republicana que, para Benjamin, enganou a Comuna – e talvez ainda iluda os movimentos sociais franceses dos anos 1930.

Um passado à espera

A Comuna, vítima de suas ilusões? Explosiva demais e insuficientemente científica? Alguns fragmentos, contudo, resistem a essa leitura de um materialismo dialético que, mais dogmático que o próprio Marx, surpreenderia se viesse da parte de um marxista heterodoxo como Walter Benjamin. Em k 1, 4, por exemplo, ele sugere a importância da relação entre a revolução e a literatura de colportagem. Voltaremos a isso, mas notemos desde já que a observação lapidar do filósofo é inteiramente inversa à citação que a precede em k1, 2: a saber, a de um boletim político, nomeado em estilo militar *Palavra de ordem*, que, em maio de 1871, critica a fundo a má política que o povo insurreto faz com os romances ruins, o gosto literário impedindo de algum modo o progresso científico da revolução.

Haveria então citações que estão ali apenas para serem aniquiladas, ou pelo menos criticadas senão mesmo invertidas? É o caso de algumas, em parte pela maneira como são citadas. Tomarei como exemplo somente a primeira delas (k1, 1), tirada de um texto de Franz Mehring, surpreendente em vista disso, e que pode dar aos leitores uma ideia da maneira de trabalhar de Benjamin por trás das citações que lerão, de modo a recuperar algo da densidade desse material – massa considerável de citações – cinzelado pelo trabalho cotidiano do pesquisador. Quando nos debruçamos sobre o original citado por ele, ficamos surpreendidos com o que ele retirou dali. Os trechos cortados, que figuram, como é de costume, como reticências entre parênteses, dizem respeito à teleologia do materialismo dialético que ele não tinha como aceitar, e que ele provavelmente via como intromissão da ideologia burguesa do progresso em um materialismo que devia, segundo ele, resistir a ela. Franz Mehring, socialdemocrata alemão, afirma que nada pode substituir a consciência clara do

26 Citado por Benjamin (k4,3, k4,4 et k4,5), o magistrado Georges Laronze, cuja história “neutra” da Comuna pretende se situar entre a concepção reacionária de um Maxime Du Camp e o radicalismo considerado quimérico de Lissagaray, participa dessa construção republicana “desapaixonada” da história (como se se tratasse “das revoluções de Florença ou de Atenas”, e se orgulha de se comparar a Hyppolite Taine, do qual se sabe o quanto a “pureza” de seu olhar sobre a Revolução francesa se devia a seu ódio visceral dos jacobinos). Ele dedica sua obra “ao Palácio” - e não à memória dos vencidos. LARONZE, Georges. *Histoire de la Commune de 1871*. Paris, 1928, p. 5.

proletariado “no curso do progresso histórico”.²⁷ Benjamin elimina essa especificação. O socialdemocrata menciona que o proletariado, ao contrário da burguesia que trabalha para ela, realizará uma revolução em benefício da maioria “assim que as condições históricas lhe sejam dadas”. Benjamin suprime essas palavras. O autor citado, enfim, escolheu concluir seu parágrafo mencionando as “circunstâncias propícias” que teriam podido colocar todas as chances do lado da Comuna? Ainda assim: Benjamin desloca a pontuação anterior dessa teleologia histórica para o momento certo... e dessa vez a corta sem que ela sequer seja visível. O filósofo despoja a citação da teleologia historicista que a impregna. Mas ele não pode ir até o final sem fazer a sintaxe desabar – e o que a todo momento perturbava nossa interpretação aparece agora como o estigma da ideologia do progresso incrustado até no cimento do texto marxista. Toda a ciência da “maturidade” da situação relacionada a um processo histórico, no fundo uma pseudo-cientificidade da qual a citação permanece prisioneira, não corresponde assim nem ao pensamento de Benjamin, nem talvez ao que poderia lhe interessar nessa citação (pois se era para criticá-la, ele evidentemente conservaria a retórica progressista).²⁸ De fato, o que despertou seu interesse podia muito bem se encontrar na frase que simplesmente a introduz, fora de campo mas bem presente no espírito do autor:

É uma vantagem que o proletariado consciente de ser uma classe possui perante todos os demais partidos: a de que as novas forças crescem sem cessar a partir da história de seu próprio passado e ajudam a levar a bom termo o combate no presente e, assim, a erigir o novo mundo do futuro.

A citação utilizada por Benjamin desenvolve essa observação que ele tenta, com seus golpes, libertar da flecha esmagadora do tempo (pois essa não está necessariamente pressuposta no trecho acima): o passado está repleto de forças cada vez mais revolucionárias, as das revoluções derrotadas e das esperanças traídas. Sua relação

27 MEHRING, Franz. “Zum Gedächtnis der Pariser Kommune” (março de 1896). *Die Neue Zeit*, 14 Jg., 1895-1896, vol. I, p. 737-740, retomado in MEHRING, Franz. *Gesammelte Schriften*, vol. 4. Berlin: Dietz Verlag, 1980, p. 391-395. As citações seguintes também foram tiradas dessa edição.

28 Não se trata aqui de uma crítica ao momento decisivo no sentido político do termo. Benjamin nota com frequência que as revoluções chegam “ou muito cedo, ou muito tarde” no século XIX (e, o que está longe de ser incompatível, que a cada instante pode se abrir a porta para permitir a entrada do messias das revoluções sociais), mas isso nada tem a ver com uma configuração histórica global associada à evolução dos meios de produção. Ele sabe muito bem, por exemplo, que a burguesia sempre acelera as eleições após um acontecimento revolucionário para ganhar as vozes dos simpatizantes da ordem (em geral, campanhas assustadas), e evitar que o povo não se acostume muito com a sua liberdade e não perceba que ele bem poderia exercer seus direitos sem delegar a governança.

com o presente não se inscreve na horizontalidade temporal do desenvolvimento das relações de produção, mas em uma verticalidade insurgente de reativações de iras e de desejos passados, enterrados, reprimidos. 1789, 1793, 1830, 1831, 1834, fevereiro de 1848, junho de 1848, 1871, junho de 1936 talvez (e podemos continuar por nossa conta, sempre em Paris: maio de 1968, dezembro de 1995, maio de 2016...): algo se diz nessa sucessão de datas que não está no desenvolvimento contínuo de uma harmonia técnica, econômica ou política, mas antes de tudo no sobressalto sempre renovado, por vezes concretizado na constituição, do desejo de uma justiça social. O que interessa a Benjamin quando, em meados dos anos 1930, ele transcreve essa citação, é o poder de mobilizar, no momento de ascensão do fascismo e das dificuldades da esquerda em enfrentá-lo, uma força contida no passado (1871), da mesma maneira que a Comuna tirou sua força de 1793 (k1, 3), a saber, dos frutos da revolução de 1789, e isso para além das traições contínuas de suas promessas originais: uma nova constituição, novos direitos para a humanidade; a liberdade, a igualdade e a fraternidade – essa última devendo ser compreendida como o direito de associação e de cooperação independente do empregador, direito que a Comuna não hesitou em tomar como emblema de si mesma.²⁹

Colportagem e revolução

É bem possível que, para Walter Benjamin, as paixões tivessem uma vocação revolucionária, em prejuízo de Franz Mehring ou de outros autores marxistas para os quais elas deveriam ceder lugar a uma “clara consciência de si” e das tarefas a realizar. Elas não participam, sob a forma da coragem, da astúcia, do humor, da tenacidade e da fidelidade em face dos combates do passado, dessa cultura de oprimidos suscetível de subverter a cultura dos opressores?³⁰

Retomemos, a esse respeito, a misteriosa observação sobre a ligação entre revolução e literatura de colportagem que Benjamin, noutro lugar, ressalta ser “contemporânea de todos”³¹, assim como a moda. A literatura de colportagem seria

29 Assim definida, a fraternidade não é mais a concha vazia criticada por Marx que a burguesia filantrópica preenche de sentimentalismo para embriagar a classe operária. Para se convencer disso, basta ler o livro altamente benjaminiano de Michèle Riot-Sarcey, *Le procès de la liberté. Une histoire souterraine du XIX^e siècle*, Paris, La Découverte, 2016. Descobre-se nele notadamente que Marx, corrigindo a crítica feita em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1852), saúda em 1864, no seu pouco conhecido *Manifesto inaugural da associação internacional dos trabalhadores*, a “grande experiência social” das associações operárias e do sistema cooperativo como execução concreta do movimento de emancipação dos trabalhadores por eles mesmos. *Ibid.*, p. 222-223.

30 BENJAMIN, Walter. “Thèses sur le concept d’histoire”, in *Œuvres III*, op. cit., p. 429-430.

31 PW, p. 1211 (outros esboços e manuscritos das *Passagens*).

uma literatura popular “ambulante”, vendida de porta em porta, pelos pregoeiros de rua, os quais gozavam de má reputação entre os burgueses, que viam neles um abatimento moral de tonalidade rabelaisiana (ela nasceu efetivamente da linhagem dos *fabliaux*, dos malabaristas e das farsas). Almanques e coletâneas de Noël, galanteios (*gauloiseries*) e moralidades, pornografia e profecias, lamentos e livretos de canções, tratados “científicos” e receitas das avós: encontra-se de tudo nessa literatura com os títulos convidativos de *Crônicas de Gargântua*, *Vidas [sic] de Santo Agostinho*, *Homem Miséria*, *Calendários do pastor*, *Diabo coxo* e outras *Danças Macabras*. Repletos de uma verve de zombador (*gouailleuse*), o estilo dessa literatura, censurada durante o Segundo Império devido a seus efeitos incontroláveis sobre o povo, será ressuscitada pela Comuna em diversas folhas populares, por exemplo, a chamada *O pai Duchêne*, que multiplica as “Grandes Iras” contra “os imprestáveis (*jean-foutres*) dos proprietários” e a engrenagem do capital (a qual “nos passou a perna durante tanto tempo na mostarda”) – e que jamais termina sem fustigar assim seu leitor: “o governo, és tu, couillon [idiota]!”.³² Mas a citação escolhida por Walter Benjamin em k1, 2, “muito importante”, segundo ele, para a ligação entre literatura de colportagem e revolução, tende a adotar um ponto de vista sobretudo arrogante que consiste em criticar a confusão popular entre estética e política e a questionar, por exemplo, que se possa usar imediatamente *Agnès de Mérante* ou o *Cavaleiro de Maison-Rouge* (esse de Dumas) para fazer política e convocar paralisações. A colportagem, um freio da consciência revolucionária?

Benjamin escreve repetidas vezes sobre a literatura de colportagem. Em seu ensaio sobre o surrealismo, ele saúda, por exemplo, André Breton por ter reencontrado, graças à introdução de fotos em seu romance *Nadja*, a “intensidade original”, inebriante e revolucionária, da qual ele aproxima o poder liberado pelas casas transparentes e pelas portas abertas.³³ Além de suas notas sobre Baudelaire que remete ao trabalho sobre as passagens e uma breve menção em um texto sobre a literatura infantil esquecida³⁴, Benjamin volta ao tema nos protocolos de experiências com haxixe que ele faz com seus amigos – notadamente com Ernst Bloch –,

* N.T.: Alguns dos gêneros da literatura de colportagem aqui referidos pelo autor não possuem tradução equivalente em português. O “fabliau”, por exemplo, corrente na França dos séculos XII a XV, era uma narrativa simples e cômica, de caráter anônimo, mas frequentemente concebida ou contada por malabaristas (*jongleur*) ou menestréis. A obscenidade sexual e escatológica é um traço comum ao gênero.

32 Citado por ROUGERIE, Jacques. *La Commune de Paris*. Paris : Puf, 2014, Capítulo 1: “La presse populaire”.

33 BENJAMIN, Walter. “Le surréalisme”, in *Œuvres II*. Paris: Gallimard, 2003, p. 122 [GS II, p. 301].

34 GS II, p. 301 et GS III, p. 19.

integradas posteriormente aos arquivos de notas do trabalho sobre Paris.³⁵ Em plena viagem alucinógena, Benjamin percebe uma afinidade oculta entre “a intenção da colportagem” e “a mais profunda intenção teológica”, revelando a verdade “fatigada e seca” da segunda naquilo que pode ter de mais “obtusos de vulgar” na primeira: o fato de que o mundo seja sempre o mesmo. Dito de outro modo, a literatura de colportagem, ao fazer girar em torno do leitor figuras históricas e historietas de todo gênero, recupera uma verdade teológica (a saber: um desejo mais sobre-humano de justiça social) que o filósofo adoraria colocar a serviço da revolução: o mundo se repete, e isso deve acabar. Quando Ernst Bloch relata a mesma experiência, não é por acaso que ele chega precisamente a essa imagem da história do mundo empinando no local, girando em parafuso em torno do drogado – só que é o sujeito (aqui o próprio Benjamin) que está no comando.³⁶ No mesmo texto, Benjamin observa que é possível passar dessa experiência mágica individual a uma experiência política e racional coletiva.³⁷ Assim, tal como um Blanqui libertado por um instante das fantasmagorias do eterno retorno (seus duplos tendo terminado por um momento de reproduzir no infinito do universo sua detenção no Fort de Taureau durante a Comuna³⁸), o povo poderia se inspirar na embriaguez turbilhonante das imagens da colportagem para se apropriar do que há de absolutamente único na constelação histórica, “e que jamais retorna”?³⁹

Longe de recusar as paixões da embriaguez popular em favor da ciência da história, correndo mesmo o risco do *kitsch*, que ele às vezes julga salvador (Mickey mais forte que Picasso!), Benjamin deseja integrar à abordagem materialista da revolução os desejos populares refugiados no seio dos domínios mais profanos.⁴⁰ Ele

35 GS II, p. 301 ; GS I, p. 1182 ; PW, p. 270 (H1,3), p. 286 (I2a,1), 527 (M1a,3), p. 528 (M2,1), p. 540 (M6a,1), p. 655 (Q1,2), p. 655-656 (Q1,3), p. 659 (Q2,2), p. 677-678 (S1a,5), p. 912 (d5a,3), p. 1024 (M°, 17), p. 1028 (O°, 10 et O°, 17), p. 1046 (a°, 4); PW, p. 1211 (notas não traduzidas).

36 Ibid., p. 23. É interessante notar que também Ernst Bloch, em um capítulo muito próximo de Benjamin sobre o anacronismo metodológico e a embriaguez (ele se intitula: “Não-contemporaneidade e inebriamento”) recupera a literatura de colportagem a serviço da revolução: BLOCH, Ernst. “Sur le conte, le roman de colportage et la légende”, in *Héritage de ce temps*. Paris: Payot, 1978, em particular p. 159- 166. A ponto de Benjamin, talvez esquecendo os momentos compartilhados em torno do haxixe, se sentir “plagiado” por esse livro.

37 Benjamin. *Sur le haschich*, op. cit., p. 50.

38 Acima, permito-me reenviar a meu livro *Fantasmagories du capital. L'invention de la ville marchandise*. Paris: Zones / La Découverte, 2013, p. 148-153.

39 PW, p. 675/p. 559 (S1,3). O presente interrompido, o passado que retorna sobre ele: essa é precisamente a situação do historiador após a “revolução copernicana” operada por Benjamin. (Até lá, e com o historiador positivista que, devemos acreditar, soube impor seus pontos de vista ao senso comum, era o presente móvel que girava em torno de um passado fixo). Cf. PW, p. 490-491/p. 405 (K1,2).

40 Quando ele nota que o materialismo antropológico é “incluído” no materialismo dialético, é para significar, de uma maneira performativa, que ele deve substituir todos os “materialismos metafísicos” abstratos enquanto força motriz do marxismo, o qual, caso contrário, caminha no vazio, um pouco como ele precisa da teologia nas teses “Sobre o conceito de história”. O *corpo do coletivo* em suma,

valoriza um certo “materialismo antropológico” francês e alemão (ou germanófono) como um corretivo do “materialismo dialético”: Fourier, Rimbaud e Breton ou Büchner, Jean Paul e Nietzsche restituem um certo “corpo” (*Leib*) ao coletivo, que talvez esteja ausente dos textos “científicos” de Marx e Engels e, com ainda mais certeza, dos textos “metafísicos” e “didáticos” de Vogt, Plekhanov et Bukharin.⁴¹ Entre os materialistas antropológicos alemães, Benjamin nomeia também, no gênero da literatura de colportagem, o poeta e teólogo Johann Peter Hebel, autor de um calendário repleto de anedotas, de historietas e de contos jocosos redigidos em dialeto popular. A barricada mesma, da qual não se pode sinceramente esperar um efeito militar no fim do século XIX, se vincula a essa tradição do materialismo antropológico em parte ocultado pelo materialismo científico: sob o sol de Julho de 1830, Fourier a considera o próprio exemplo do “trabalho não assalariado mais apaixonado”⁴² com o qual ele sonha para a própria comuna de seu falanstério. Quando Benjamin destaca a barricada, é para valorizar essa dimensão simbólica: assim, a barricada de 1871 recupera todo o imaginário das barricadas do século e se carrega com a quantidade do desejo acumulado nelas, no cruzamento de uma teologia e de uma colportagem animada pela mesma paixão de justiça diante da eterna repetição das mesmas desigualdades sociais.

Paris, capital da Frente Popular⁴³

Em 24 de maio de 1936, Léon Blum, socialista, e Maurice Thorez, comunista, se encontram no Muro dos confederados, no cemitério Père-Lachaise. Seguidos por uma centena de milhares de manifestantes, eles lembram os milhares de mortos da Comuna de Paris. A Frente Popular, união das esquerdas contra o fascismo, acabava de triunfar nas eleições legislativas e se sentia herdeira de 1871. A Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) de Blum, o Partido Comunista de Thorez e o Partido

com seus direitos, seus traumatismos reprimidos e sua memória involuntária, no lugar do “curso da história”, mecânico e vazio. Cf. PW, p. 731/p. 607 (U12,4) ; GS II, p. 309 e BENJAMIN, Walter. “Le surréalisme”, in: *Œuvres II*, op. cit., p. 134.

41 PW, p. 779 (W8,1), p. 731 (U12,4) e p. 973-974 (p2,4 et p2a,1), onde ele também cita a feminista saint-simoniana Claire Démar. Também GS II, p. 309-310 e BENJAMIN, Walter. “Le surréalisme” e “La position sociale de l’écrivain français”, in: *Œuvres II*, p. 134 e 403.

42 PW, p. 202 (E9a,9).

43 Pego esse título emprestado, como uma homenagem, do notável artigo do saudoso Philippe Ivernel, “Paris, capitale du Front populaire” in: WISMANN, Heinz (org.). *Walter Benjamin et Paris*. Paris: Editions du Cerf, 1986, p. 249-272, que utilizo um pouco aqui. Para uma história detalhada da Frente Popular, ver o recente livro de Jean Vigreux, *Histoire du Front populaire. L’échappée belle*. Paris: Tallandier, 2016.

Radical (de centro, na realidade) de Edouard Daladier, estavam reunidos para combater a ascensão das ligas fascistas e, notadamente, a agitação emergente provocada pela Ação Francesa e pelas Juventudes Patriotas, estimuladas desde a chegada de Hitler ao poder em 1933. A esquerda se beneficia então da força popular das grandes greves de maio e junho de 1936, que vence os empregadores, e ainda hesita no limiar da revolução. Em junho, Léon Blum pode formar seu governo. E em 14 de julho de 1936, a Frente Popular desfila nas ruas de Paris, celebrando 1789 como passará a fazer em seguida com obsessão.

Walter Benjamin reside então em Paris. Ele comenta o desfile com seu amigo Fritz Lieb, um socialista antifascista que havia tentado estabelecer uma “frente popular” alemã⁴⁴; ele dá a entender que desconfia do “fetiche da maioria 'de esquerda’”⁴⁵ que ele vê brandir diante de seus olhos; reconhece “as ilusões como resultado do culto da grande Revolução ou antes que criam esse culto”⁴⁶ – mas não ousa formular sua desconfiança diante de uma aliança bem-vinda. Ainda assim ela obteve sucesso em desmobilizar, ainda que temporariamente, a extrema-direita na França, ao contrário do que se passou na Alemanha.

O filósofo apoia o combate antifascista. Sem dúvida, ele não participou dos acontecimentos de 1934, que ele contudo menciona em sua correspondência “como extremamente interessantes de acompanhar”⁴⁷: em 6 de fevereiro de 1934, a Ação Francesa tentara reorganizar uma manifestação antiparlamentar; no dia 9, os partidos e os sindicatos de esquerda lhe respondem com uma contra-manifestação. Louis Aragon mobiliza, para o Partido Comunista Francês, os intelectuais da Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários (AEAR), enquanto o etnólogo socialista Paul Rivet, o físico comunista Paul Langevin e o filósofo Alain, próximo ao partido radical, formavam o que se tornaria, no mês seguinte, o Comité de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas (CVIA); e no dia 12, a greve geral reúne uma multidão que iria logo a seguir levar a Frente Popular ao poder. Se o emigrado, a despeito de sua amizade com muitos intelectuais antifascistas da época (em particular com a livreira Adrienne

44 BADIA, Gilbert (org.). *Les barbelés de l'exil*. Paris: PUG, 1979.

45 Carta a Fritz Lieb de 9 de julho de 1937, in BENJAMIN, Walter. *Correspondance II*. Paris: Aubier, 1979, p. 224.

46 Carta a Horkheimer de 13 de outubro de 1936, in *ibid.*, p. 217.

47 Ele observa aliás que uma das obras que ele então lia, *Histoire de Paris* de Lucien Dubech e Pierre D'Espezel (1926), e que ele cita em suas notas sobre Haussmann e sobre os movimentos sociais, o coloca “perfeitamente na tradição desses combates e desses eventos”; e ressalta que ele trabalha mesmo melhor (nessa circunstância, sobre Haussmann e a Comuna) agora que ele se sente “exposto a tudo”, às vezes alojado (literalmente) “no coração dos acontecimentos”. Carta a Gretel Adorno de 10/11 de fevereiro de 1934 in: Gretel Adorno-Walter Benjamin, *Correspondance 1930-1940*. Paris: Le Promeneur, 2007, p. 117.

Monnier) se mantém à distância dessa agitação, ele contudo se compromete com o Instituto para o Estudo do Fascismo, fundado por seus pares em 1933, enviando a ele o texto de uma palestra que ele planejava ler por ocasião de um encontro público em abril de 1934.⁴⁸ A epígrafe da palestra, que cita um dos fundadores, em 1932, de *Marianne*⁴⁹, jornal cultural moderado de esquerda, expressa seu interesse pelas revistas francesas da época e sua vontade de discuti-las.⁵⁰ No arquivo de notas sobre a Comuna, ele cita uma revista mais combativa, comunista, da AEAR, fundada por Paul Vaillant-Couturier em 1933 e dirigida por Louis Aragon e Paul Nizan: uma revista intitulada, justamente, *Commune*, na qual Aragon saúda não somente Rimbaud, convertido à Comuna ao cantar antes a mulher proletária que a Marianne republicana (k1a, 2), mas também outros intelectuais entre os “melhores membros da burguesia” que a Comuna conseguir ganhar para a sua causa, assim como tentava fazer então a esquerda dos anos 1930 em face do fascismo. Essa é precisamente a estratégia de uma terceira revista que Benjamin cita duas vezes (k2a, 6 et k3, 1): *Vendredi*, semanário mais radical que *Marianne*, mas que, apesar de contar com Nizan entre seus colaboradores regulares, não segue a linha soviética da *Commune*.

Vendredi está engajada desde 1935 num combate cultural a favor da Frente Popular e busca, pela interpelação pública de todos os intelectuais antifascistas, sejam eles comunistas, socialistas, radicais ou católicos, ganhá-los para a sua causa. O emigrado alemão se entusiasma por esse combate que ele julga muito importante pois, de um lado, ele torna público o fim da “fobia comunista” até entre os liberais e, de outro lado, expõe o “criptofascismo” dos outros.⁵¹ Mas, no ano seguinte, em 1937, a inflação econômica fornece o pretexto, sob pressão do patronato com o qual o governo e os sindicatos tinham fechado acordos para encerrar as greves de 1936 (os “acordos de Matignon”), para colocar um freio no programa social da esquerda. Adeus à redução da jornada de trabalho, ao aumento dos salários e a outras férias remuneradas! O governo protege os sabotadores da greve, e as assembleias

48 Esse texto é “L’auteur comme producteur” (in: BENJAMIN, Walter. *Essais sur Brecht*. Paris: La Fabrique, 2003, p.122-144).

49 Ramon Fernandez, socialista durante a Frente Popular, mas que se descobrirá fascista e depois colaborador quando o vento tiver mudado de direção, a partir de 1937.

50 Nas *Passagens*, Benjamin também cita bastante Emmanuel Berl, outro fundador da revista, um escritor próximo dos surrealistas que entrou para o Partido Radical por volta de 1930. Mas ele cita principalmente um texto da revista *Europe*: cf. PW, p. 500 (K3a,1), p. 617 (O2,3), p. 852 (a1,1) e p. 1032 (O°, 54). Fundada em 1923 por Romain Rolland, essa revista próxima do partido comunista, que ele também acompanhava com atenção, era então, de 1936 a 1939, dirigida por Jean Cassou, de quem Benjamin cita a obra sobre 1848, mas também um texto de *Vendredi*.

51 Carta a Alfred Cohn de 26 de janeiro de 1936 in: BENJAMIN, Walter. *Correspondance II*, op. cit., p. 199.

operárias que ocupavam as usinas são evacuadas *manu militari* por uma polícia em conluio com as milícias fascistas, evocando o fantasma das “petroleuses” de 1871 para incendiar Paris. Benjamin comenta de forma lapidar: “A esperança de uma melhoria está adiada; mas o que não tarda é a alta dos preços”.⁵²

Naquela altura, a política da Frente Popular não é mais que um conjunto de promessas traídas, enquanto o nível de *Vendredi*, aos olhos do refugiado alemão, baixa à medida que as massas que a sustentavam se dispersam: “todos se agarram ao fetiche da maioria ‘de esquerda’ e ninguém se incomoda que ela faça uma política que, praticada pela direita, provocaria insurreições”.⁵³ O grande partido “de esquerda” (para retomar as aspas de Benjamin), afundando num idealismo abstrato à medida que perdia o apoio dos trabalhadores, se isola em seu culto à Grande Revolução e se vangloria de alta cultura para o pequeno homem do povo. Agora mais mística que política, *Vendredi* sucumbe ao culto da personalidade e do gênio que supostamente fascina a multidão, procedimento desonesto de reauratização condenado firmemente pelo ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, escrito e reescrito entre 1935 e 1939.⁵⁴ Durante esse tempo, o comunista Aragon opera, na *Communa*, sua “Grande virada”, rumo ao implacável realismo soviético, desautorizando seu “rimbaudismo” de juventude. O coração frágil de Benjamin, que um dia, em fins dos anos 1920, bateu forte durante a leitura do *Camponês de Paris*, prefere, contra Aragon, reatar com a trajetória interrompida do surrealista.⁵⁵ Logo mais ele irá se desesperar com esses “homens políticos nos quais os adversários do fascismo tinham depositado sua esperança, no momento em que eles tornam sua derrota ainda mais grave ao trair sua própria causa”.⁵⁶

O interesse de Benjamin pela Comuna deve assim ser visto nesse contexto do fim dos anos 1930. Mais uma vez, o povo acreditou que poderia confiar nos elementos mais esclarecidos da burguesia para consumir a revolução de 1789. E mais uma vez, o fetiche de 1789 terá servido de truque mágico para afastar os direitos dos proletários e preservar os privilégios dos empregadores. Além disso, seria possível ver o esboço de um engodo a mais nas notas do arquivo: o de uma “guerra de raças”, similar àquela

* Mulheres que apoiavam a Comuna de Paris, acusadas de incendiar a cidade durante seus últimos dias, em maio de 1871. (N.T.)

52 Carta a Fritz Lieb de 9 de julho de 1937, in *ibid.*, p. 224.

53 *Ibid.* Os soviéticos não são poupados: Benjamin também critica a Rússia e concorda com Brecht para julgar catastrófica sua política cultural, em vista de tudo o que eles defendiam havia vinte anos.

54 Sobre esse ponto, permito-me remeter a meu livro: *Walter Benjamin. La passion dialectique*, Paris, Armand Colin, 2014, p. 205-243.

55 PW, p. 579 (N3a,4).

56 BENJAMIN, Walter. “Thèses sur le concept d’histoire”, in *Œuvres III*, op. cit., p. 435.

anunciada por Marx em seu texto sobre a Comuna.⁵⁷ Benjamin o tinha em mente quando transcrevia a ironia feroz mas visionária de Blanqui a respeito da “raça germânica marcada com o selo da predestinação” (k4, 2) – ou seja, a Prússia de Bismarck com a qual Thiers estava perfeitamente de acordo para esmagar a insurreição – e suas outras palavras sobre “Paris, Babilônia usurpadora e corrompida” (*ibid.*), que não nos impedem de pensar na representação que os reacionários darão à Comuna.⁵⁸ O fato é que os poderosos souberam muito bem destruir a solidariedade nascente entre operários franceses e alemães, solidariedade essa que tinha sido capaz naquela ocasião de se voltar contra seus respectivos governos durante o século XIX (e que Benjamin valorizava ao retirar os “Alemães” revolucionários do esquecimento); e igualmente souberam transformar também com perfeição a insatisfação popular em ódio ao estrangeiro e ao outro, como ainda ocorre hoje com tanta eficácia.

Os “marcos malditos”

O que os fragmentos extraídos das revistas dos anos 1935 e 1936 finalmente mostram é a repetição demoníaca da mesma situação de injustiça social e de esquecimento de seus motivos. Os partidários da Comuna tinham consciência de que tinham esse projeto terrível, notado por Benjamin, de levantar um “marco maldito” na esquina de uma praça (ver k2, 1): duplicando de alguma maneira o projeto apoiado por Courbet de derrubar esse “monumento à barbárie” que era a coluna Vendôme (k2a, 5), esse marco seria chamado, de modo mais explícito, de “a história infernal” da repetição da repressão ao remontar até ao Primeiro Império, uma história que faz incessantemente abortar, apesar das promessas, o florescimento de uma democracia soberana.

Trata-se de um projeto de fato chamado “Os marcos malditos. História infernal do Império. Projeto de monumentos à expiação a serem erguidos à vergonha dos malfetores da humanidade”, e que enumera (as maiúsculas estão no original) os “indivíduos condenados à MALDIÇÃO e ao DESPREZO dos cidadãos, ao ÓDIO e à

57 MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Inventer l'inconnu*, op. cit., p. 191. Comparar com a interpretação concorrente de Michel Foucault, *Il faut défendre la société*. Paris: Gallimard, 1994.

58 Interpretação confirmada em BENJAMIN, Walter. “Les régressions de la poésie”, in *Œuvres III*, op. cit., 2000, p. 393, que introduz a mesma citação de Blanqui. De resto, Benjamin critica uma burguesia que caiu de seus ideais cosmopolitas em um “chauvinismo” estatal e numa “teoria racial eternamente válida”. BENJAMIN, Walter. “Du bourgeois cosmopolite au grand bourgeois”, in: *Romantisme et critique de la civilization*. Paris: Payot, 2010, p. 158 et 174.

EXECRAÇÃO dos povos, à VERGONHA e à INFÂMIA das gerações futuras, à CENSURA universal, por fim”.⁵⁹. Esta maldição universal afeta ministros, conselheiros e militares, magistrados, prefeitos e funcionários, jornalista, intelectuais e juízes, mas também cavaleiros, ordenanças e “serviçais (*porte-cotons*) oficiais” ou ainda simples cortesões, partidários e simpatizantes do Segundo Império. Ela não remonta somente ao Primeiro Império, mas relembra também o massacre da rua Transnonain, não muito longe do dos canuts em 1834, e não poupa menos Bismarck ou seu monarca. A litania sulfurosa conclui: “pode custar a confessar e parecer duro de o dizer”, mas, “instruído agora pelo *Passado*, e forte no *Presente*, torna-se mais fácil de enfim organizar um *Futuro* no qual não se verá esses exageros sociais extremos” que colocam os ricos acima das leis ao escravizar os outros. Também é uma conservação da lembrança das opressões passadas a favor de uma nova organização social: tendo na memória a continuidade da opressão (momentaneamente interrompida), lembra-se da descontinuidade da fidelidade (momentaneamente retomada) à “*Liberdade*” (que “assusta” os partidários da ordem), à “*Igualdade*” (que eles “não querem”) e à “*Fraternidade*” (que eles “de fato não praticam”⁶⁰) e suscetíveis de fundar essa “Sociedade comum” incessantemente ameaçada pelo espírito de caserna e pela intervenção da polícia. A breve menção desse projeto por Benjamin reenvia, no fundo, à radicalidade teológica de seu próprio programa político – que a Comuna estava a ponto de realizar: transformar o contínuo (o sofrimento) em descontínuo, e converter o descontínuo (a felicidade) em contínuo.⁶¹

Na falta de marco, os partidários da Comuna, cercados pela polícia de Versailles sob o olhar cúmplice dos prussianos, perseguidos até as catacumbas, fuzilados num beco sem saída do Père Lachaise... atearam fogo na Paris monumental de Haussmann, mostrando por meio do fogo que se sentiam efetivamente a antítese do Segundo Império, de seus faustos e de seu autoritarismo.

Uma flor tropical

Mas os sugadores parasitas da burguesia não conseguem sempre asfixiar a

59 *Mémoires de Monsieur Claude. Chef de la police de sûreté sous le Second Empire*. Paris: Jules Rouff e Cie, éditeurs, sem data, vol. 1, p. 775 (as citações seguintes também são dessa edição). Agradeço a Florent Perrier por ter me informado desse documento precioso.

* “Porte-cotons” eram os empregados que auxiliavam o rei a ir ao banheiro. A personagem integra a galeira humorística do gênero dos *fabliaux* na literatura de colportagem. (N.T.)

60 Em que se confirma mais uma vez que a fraternidade, para os operários, não é uma questão de sentimento, mas de *prática*.

61 PW, p. 589 (N8,1).

flor da associação livre e igualitária. A sequência de 1831 a 1871 não é somente uma de ilusões e enganos, e Walter Benjamin se entusiasma com a leitura de uma obra sobre os desenvolvimentos da associação – obra que insiste na retomada, durante a muitas vezes esquecida revolução de 1848⁶², de experiências operárias realizadas no espírito de 1789-1793. Para esses arquivos de anotações (aqui o arquivo “a”), ou seja, para o livro por vir, ele retira, como de um vegetal precioso, o seguinte trecho, que se comunica secretamente com a eclosão da solidariedade comunal em 1871:

Existe uma planta tropical que permanece discreta por anos, sem florescer, até que enfim, um dia, ouve-se uma explosão semelhante a um tiro de fuzil e, alguns dias depois, uma flor maravilhosa e gigante se eleva desse arbusto cujo crescimento é tão rápido que se pode perceber seu desenvolvimento a olho nu. A categoria social dos trabalhadores na França tinha uma posição também pouco desenvolvida e encolhida em um canto da sociedade, até que, de um golpe, ouviu-se a explosão da revolução de fevereiro [1848]. Viu-se então florescer uma flor gigante a partir daquele arbusto insignificante e essa flor, cheia de seiva e vida, cheia de beleza e significado, era a associação.⁶³

A associação, essa era então a célula da Comuna: a cooperação de trabalhadores entre si para a organização do trabalho e para o compartilhamento de seu produto, “de cada um segundo seus meios, a cada um segundo suas necessidades”, de acordo com a formulação que tinha atravessado o século. Em abril de 1871, a república universal, democrática e social da Comuna de Paris, democraticamente eleita (a antiga municipalidade tendo fugido para Versailles), e cujos mandatários, remunerados como trabalhadores, permaneciam revogáveis a qualquer momento, guardava esse florescimento na memória – talvez nessa memória involuntária (no sentido proustiano) que animou do mesmo modo os coletivos que ocuparam as usinas em maio e junho de 1936. Entre as medidas sociais tomadas por ela, ela proibiu os patrões de reduzir o salário dos operários qualquer que fosse o pretexto e, quanto às oficinas e fábricas que esses sabotaram, pararam ou cujos trabalhadores foram jogados ao desemprego, ela os obrigou a reenviá-las às associações operárias, cooperativas e livres que então se desenvolviam. Enquanto em 2016, um governo francês declarado “socialista” e “republicano” promulga, sem respeitar os procedimentos democráticos, uma lei que

62 GRIBAUDI, Maurice e RIOT-SARCEY, Michèle. *1848. Une révolution oubliée*. Paris: La Découverte, 2008.

63 ENGLÄNDER, Sigmund. *Geschichte der französischen Arbeiter-Assoziationen*. Hambourg: 1864, citado in PW, p. 855/ p. 711-712 (a2,1).

retira direitos dos trabalhadores, enquanto, de Paris a São Paulo, a oligarquia mundial do século XXI se organiza para desviar as Constituições em favor de seu próprio interesse, a resistência ainda pode extrair a sua força da memória dos combates do passado, e isso para além de todos os grandes “progressos” e outros pequenos “crescimentos” com que nos prometem, uma vez passada a inflação, que o presente estará pronto para o futuro...